

À Reunião de Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal


António Almor Branco

PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

IV RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PSF

junho 2015



Índice

1. Introdução.....	3
2. O Empréstimo	4
3. Medidas do Plano de Saneamento Financeiro.....	4
4. Execução Orçamental.....	14
5. Análise Patrimonial	17
6. Endividamento	18
Conclusão	21

1. Introdução

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais - Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro que vigora desde janeiro de 2014, revogou a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e o Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012 de 19 de junho, introduzindo alterações às normas que se aplicavam aos municípios em situação de saneamento financeiro. No entanto, o artigo 86.º da Lei n.º 73/2013 determina que *para os contratos de saneamento e reequilíbrio existentes à data de entrada em vigor da presente lei, bem como para os planos de ajustamento previstos na Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, aplicam-se as disposições constantes da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho.*

O Tribunal de Contas visou em março de 2013 os contratos de empréstimos para saneamento financeiro com o respetivo Plano integrador das medidas que objetivam a recuperação financeira do Município, pelo que considerando a exceção prevista na lei n.º 73/2013 referida anteriormente, apresenta-se o quarto relatório semestral elaborado de acordo com a Lei n.º 2/2007 e do Decreto-Lei n.º 38/2008, com as alterações que lhe foram efetuadas pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho, reportado a 30 de junho de 2015, com a análise da execução das medidas preconizadas no Plano, a análise orçamental e patrimonial através da comparação com os valores executados no período homólogo de 2014, bem como a análise do endividamento do Município.

Ao presente relatório deverá ser dada continuidade nos seguintes termos:

- **Enviar aos membros do Governo** responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, conforme estipulado no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 38/2008 de 7 de março;
- **Remeter à Assembleia Municipal** para apreciação, nos termos do artigo 40.º da LFL;
- **Enviar à Direção Geral das Autarquias Locais;**
- **Publicar no sítio da Internet do Município**, após apreciação do Órgão Deliberativo, em cumprimento do artigo 49.º da LFL.

2. O Empréstimo

O PSF agrega um conjunto de medidas que visam a recuperação da sustentabilidade e equilíbrio financeiro do Município, onde se integra o empréstimo de saneamento financeiro no valor de 7.600.000,00 €, como forma de consolidar passivos financeiros vencidos, substituindo dívida comercial por dívida financeira. O financiamento desta operação foi contratualizado com duas instituições bancárias, Caixa Geral de Depósitos (CGD), no montante de 5.200.000,00 € e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCA), no valor de 2.400.000,00 €, no final do semestre em estudo o montante em dívida era de 4.776.695,12 € e de 2.218.018,66 € respetivamente.

3. Medidas do Plano de Saneamento Financeiro

De acordo com o n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, o Plano de Saneamento Financeiro integra 24 medidas que visam a recuperação da sustentabilidade financeira do Município. As medidas agregam-se em três eixos de atuação: eficiência organizacional (medidas 1 a 7); economia e redução da despesa (medidas 8 a 15); aumento da receita (medidas 16 a 23); e por último a medida 24 inerente ao empréstimo de saneamento financeiro.

Como forma de avaliar o correspondente grau de implementação, o quadro que a seguir se apresenta sintetiza as medidas do Plano, comparando as metas estipuladas para o ano de 2015 com o efetivamente concretizado no primeiro semestre.

Descrição das Medidas	Previsão no PSF	Concretização
I - Eficiência Organizacional		
<p>1 - Reorganização dos serviços municipais, com especial enfoque na eficiência e eficácia organizacional operando uma efetiva segregação de competências instrumentais e operativas. Redução de 15% do n.º de unidades orgânicas e respetivos dirigentes.</p>	<p>Reduzir duas unidades orgânicas dotadas.</p>	<p>A reorganização dos serviços foi promovida de acordo com a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, através da adequação da estrutura orgânica municipal, sendo que a nova estrutura contempla apenas uma unidade orgânica nuclear (departamento), quatro unidades orgânicas flexíveis (divisões) e uma unidade orgânica de 3.º grau, o que, a nível de estrutura, corresponde a uma redução de cinco unidades orgânicas. Relativamente à sua ocupação, encontra-se provido o lugar de diretor de departamento e seis lugares de chefe de divisão, sendo que dois correspondem a divisões da antiga estrutura orgânica que serão extintos no final das respetivas comissões de serviço, a ocorrer durante o ano de 2015 (julho e novembro). Neste sentido foram reduzidas três unidades orgânicas que estavam dotadas.</p> <p>Ainda no âmbito da reorganização dos serviços municipais, foram criadas a Área Funcional de Recursos Financeiros, a Área Funcional de Recursos Humanos, a Área Funcional de Recursos Físicos e a Área Funcional de Comunicação, esta alteração na estrutura orgânica teve como objetivo colmatar a redução das unidades orgânicas flexíveis, contribuindo para a eficiência e eficácia organizacional e para uma melhoria no desempenho dos serviços municipais. Salienta-se no entanto que, esta medida não acarretou um aumento das despesas com pessoal.</p>

<p>2 - Reorganização do grupo municipal (por extinção ou cisão de entidades), reapreciação das participações financeiras.</p>	<p>SMAM – extinção por fusão no Município de Mirandela; Mirandela XXI – extinção da parceria Público-privada; A.I.N. - reduzir o passivo da empresa e operacionalizar a sua sustentabilidade; M.L.M. - manter a exploração do serviço até à conclusão da barragem do Tua, passando depois a responsabilidade do Metro para Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua.</p>	<p>Em janeiro de 2012 foi efetuada a fusão dos SMAM.</p> <p>Em abril de 2012, a Câmara Municipal deliberou aprovar a extinção da parceria público-privada Mirandela XXI.</p>
<p>3 - Implementação, no biénio 2012/2013, das Funções Planeamento, Aprovisionamento (concentração da Função Compras numa unidade instrumental), Auditoria Interna e Controlo de Gestão.</p>	<p>Agregar numa unidade orgânica instrumental as empreitadas de obras públicas e as aquisições de bens e serviços; Planeamento das ações por administração direta; Implementação da função auditoria interna e controlo de gestão.</p>	<p>Foi criada no final do ano de 2013, a Área Funcional de Recursos Físicos, onde se encontram centralizados todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços, obras por administração direta e empreitadas.</p> <p>Conjuntamente, o Gabinete Jurídico e de Auditoria Interna com a Equipa da Qualidade têm realizado auditorias internas aos serviços municipais, destacando-se que o Processo de Certificação da Qualidade tem garantido a eficiência dos procedimentos internos.</p>

<p>4 - Reforçar, no biénio 2012/2013, a simplificação de políticas e procedimentos, quer pela eliminação de redundâncias quer pela avaliação dos mesmos, combatendo atuações burocráticas e circuitos de decisão complexos, reduzindo os custos de contexto internos e encurtando os prazos de resposta aos municípios.</p>	<p>1) Informatização de circuitos por processos; 2) Processo de certificação da qualidade; 3) Prestação de serviços numa ótica multicanal.</p>	<p>1) Sistema sigmaflow implementado; 2) Todos os serviços estão certificados, tendo sido realizada uma auditoria externa de acompanhamento em dezembro de 2014, cujo resultado foi a manutenção da certificação do Município; 3) Foi criada e está activa e em funcionamento uma plataforma intitulada "Tua Câmara" para prestação de serviços on-line. 4) Encontra-se em pleno funcionamento o Mini-GAM de Torre de D. Chama, estando em fase de implementação os de Frechas e Avidagos.</p>
<p>5 - Implementação do sistema de Contabilidade Analítica.</p>	<p>Submeter à apreciação superior a proposta de arquitetura organizacional de suporte à implementação e manutenção da função contabilidade analítica; Apresentar a moldura concetual da tabela de centro de custos e de investimento.</p>	<p>O processo de implementação da contabilidade de custos arrancou em janeiro de 2014, verificando-se que todos os serviços que desempenham atividades, têm efetuado o preenchimento das fichas de atividades através da aplicação informática, enumerando todos os custos necessários para o desenvolvimento das suas tarefas, quer sejam humanos, de materiais, ou equipamentos, salientando-se que este é um processo complexo, pelo que tem vindo a ser aperfeiçoado de forma a permitir uma avaliação das atividades municipais, com o objetivo de fornecer informação necessária e útil para a tomada de decisões e definição da estratégia política do Executivo Municipal.</p>
<p>6 - Implementação de um orçamento por atividades de base zero (não incremental) em 2012 (aplicável a 2013), caso se encontrem reunidas as condições mínimas necessárias à sua implementação.</p>	<p>Implementar em 2013 caso se encontrem reunidas condições.</p>	<p>Medida não implementada.</p>

<p>7 - Implementar a regra orçamental de que as receitas de capital, inerentes à alienação de bens de investimento, só deverão concorrer para o financiamento de despesas de investimento quando exista uma forte presunção da sua concretização.</p>	<p>Aproximar o grau de execução do orçamento da receita e da despesa, condicionando a execução da despesa ao orçamento da receita.</p>	<p>A taxa de execução do orçamento da receita foi de 38,50%, enquanto que o orçamento da despesa foi executado em 37,65%, comparativamente a igual período do exercício anterior verificou-se um aumento superior a 7%.</p>
<p>II - Economia, redução da despesa</p>		
<p>8 - Redução e racionalização de despesas de funcionamento, com definição de tetos para as despesas em outsourcing, com projetos, estudos, pareceres e consultadoria.</p>	<p>Valor limite de despesa para 2015 – 48.735,00 €.</p>	<p>O valor executado no primeiro semestre de 2015 foi de 12.687,45 €.</p>
<p>9 - Redução e racionalização de despesas de funcionamento através da agregação de necessidades operada pelo agrupamento de entidades adjudicantes.</p>	<p>Identificar os bens e serviços passíveis de agregação e propor à AMTQT e CIM-TTM a concretização dos procedimentos concursais.</p>	<p>No que respeita a esta medida foi promovido pela AMTQT um Concurso Público Internacional para o Fornecimento de Energia Eléctrica para as instalações alimentadas em MT, BTE e BTN (onde se inclui a Iluminação Pública) de que resulta uma substancial redução de meios e custos. Foi também promovido um procedimento de concurso de contratação conjunta das aplicações e servidores informáticos reduzindo os valores contratualizados de forma individual pelas autarquias e diminuindo o encargo bruto por número de utilizador registado, tendo ainda sido contratado o desenvolvimento das plataformas de acesso aos portais de internet dos cinco municípios da Terra Quente Transmontana.</p> <p>No âmbito da centralização e virtualização de sistemas no “<i>data center</i>” da AMTQT foi promovida a contratação de serviços de</p>

		internet e dados à REFER TELECOM reduzindo de forma substancial estes encargos nos municípios associados da AMTQT, sendo ainda de salientar a aquisição de serviços de higiene, medicina e segurança no trabalho e de um plano de formação para os trabalhadores do Município.																				
10 - Redução e racionalização de auto-consumos Municipais.	Redução de 10% da despesa com comunicações móveis e fixas, combustível, gás, e energia elétrica (com referência a 2012)	<p>Conforme se pode observar pela tabela infra, a despesa de auto-consumos diminuiu na sua globalidade relativamente ao primeiro semestre de 2014.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2015</th> <th>2014</th> <th>Varição</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Combustíveis</td> <td>77.396,36</td> <td>87.993,97</td> <td>-10.597,61</td> </tr> <tr> <td>Comunicações</td> <td>69.539,82</td> <td>88.113,97</td> <td>-18.574,15</td> </tr> <tr> <td>Encargos instalações</td> <td>436.531,13</td> <td>425.966,88</td> <td>10.564,25</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>583.467,31</td> <td>602.074,82</td> <td>-18.607,51</td> </tr> </tbody> </table>		2015	2014	Varição	Combustíveis	77.396,36	87.993,97	-10.597,61	Comunicações	69.539,82	88.113,97	-18.574,15	Encargos instalações	436.531,13	425.966,88	10.564,25	Total	583.467,31	602.074,82	-18.607,51
	2015	2014	Varição																			
Combustíveis	77.396,36	87.993,97	-10.597,61																			
Comunicações	69.539,82	88.113,97	-18.574,15																			
Encargos instalações	436.531,13	425.966,88	10.564,25																			
Total	583.467,31	602.074,82	-18.607,51																			
11 - Implementação do Plano de Eficiência Energética da Iluminação Pública.	Valor limite para 2015 - 710.220,00 €.	A despesa com iluminação pública ocorrida durante o primeiro semestre de 2015 foi de 439.494,47 €, representando um valor semelhante ao executado em igual período de 2014 (411.432,95 €). Prevendo-se que no final do exercício económico seja cumprido o limite estipulado no PSF.																				

<p>12 - Decréscimo dos subsídios e transferências em numerário atribuídos a terceiros até ao ano 2017, mantendo-se congelados a partir de 2018.</p>	<p>Valor limite de transferências correntes, de capital e subsídios para 2015 - 2.506.901,00 €</p>	<p>Despesa paga no primeiro semestre de 2015:</p> <p>04 Transf. Correntes – 724.382,71 €, sendo que, deste montante, 397.090,87 € correspondem a transferências para a AMTQT, 288.330,26 € a transferências para diversas instituições sem fins lucrativos, 16.711,58 € correspondem a pequenos apoios atribuídos a diversas famílias carenciadas e 22.250,00 € foram transferidos para juntas de freguesia.</p> <p>05 Subsídios – 47.474,45 €, este valor foi despendido com programas ocupacionais promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional - EFP, de referir que estas bolsas são financiadas a 80%.</p> <p>08 Transf. de Capital – 390.731,87 €, dos quais 260.229,36 € respeitam a transferências efetuadas para as instituições sem fins lucrativos, 68.810,20 € foram transferidos para juntas de freguesia, 45.000,00 € foram transferidos para a AIN ao abrigo do contrato-programa celebrado e à AMTQT foi pago o montante de 16.692,31€.</p>
<p>13 - Otimização do desempenho da frota e da função transportes no Município, através da otimização dos recursos, racionalização de custos de manutenção preventiva e corretiva.</p>	<p>Implementação de uma política de execução e manutenção preventiva e corretiva (sempre que possível) por administração direta; Substituição de veículos antigos e obsoletos e centralização do acesso às viaturas, criando uma dinâmica de eficiência e rentabilidade.</p>	<p>A aquisição da aplicação informática <i>MAQ – Máquinas e Viaturas</i>, que entrou em funcionamento em janeiro de 2014, teve como principal objetivo aumentar o rigor na gestão da frota automóvel. Este instrumento de trabalho, que regista todos os custos inerentes a cada viatura, desde consumos de combustíveis, reparações, seguros, inspeções e amortizações, de forma a aferir os custos totais por viatura da frota municipal, permite uma avaliação operacional.</p>

<p>14 - Redução do número de colaboradores no Município, através da não entrada de novos colaboradores para compensar as saídas para aposentação ou outra forma de desvinculação.</p>	<p>Redução de quatro colaboradores durante o ano de 2014, originando uma poupança anual de 45.080,00 €.</p>	<p>Durante os primeiros seis meses de 2015, verificou-se uma redução de 2 trabalhadores por motivo de aposentação, verificando-se que o número total de trabalhadores deste Município é de 306. No período em análise as despesas com pessoal ascenderam a 3.083.944,57 €, o que relativamente ao período homólogo do ano anterior representa um decréscimo de 355.756,67 €.</p>
<p>15 - Redução do nível de despesa nas rubricas de horas extraordinárias e ajudas de custo em 5% em 2011 e 2,5% nos anos seguintes.</p>	<p>Ajudas de custo – 35.857,94 €; Horas extraordinárias – 35.055,81 €.</p>	<p>Valor pago no primeiro semestre de 2015: Ajudas de custo – 11.139,27 €, dos quais 5.667,49 € correspondem a ajudas de custo pagas aos membros da Assembleia Municipal, e 5.471,78 € respeitam a ajudas de custo pagas aos trabalhadores da Câmara Municipal. No primeiro semestre de 2014 o valor gasto com este tipo de despesa foi de 10.978,70 €, correspondendo o montante de 3.282,31 € a despesa da Assembleia Municipal; Horas extraordinárias – a despesa com trabalho extraordinário foi de 29.616,80 €.</p>
<p>III - Aumento da receita</p>		
<p>16 - Elaborar um plano de rentabilização do património Municipal.</p>	<p>515.000,00 € de receita anual.</p>	<p>Nada a reportar no período em análise.</p>
<p>17 - Aumento da eficiência e eficácia da liquidação e cobrança de receitas.</p>	<p>- Impostos indiretos - 98.175,00 €; - Taxas - 493.185,00 €</p>	<p>Valor cobrado no primeiro semestre de 2015: Impostos Indiretos – 33.533,52 €, existindo ainda um valor de receita de imposto indiretos por cobrar no final do período em análise de 1.080.618,24 €. Taxas – o montante arrecadado foi de 139.813,85 €.</p>

<p>18 - Revisão das taxas municipais suportada em fundamentação económico-financeira aproximando-as progressivamente do custo da atividade pública local.</p>	<p>Revisão da tabela de taxas e adaptação ao Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril.</p>	<p>Esta medida encontra-se implementada, pois o Regulamento de Taxas do Município de Mirandela que integra a Tabela de Taxas e a respetiva fundamentação económico financeira entrou em vigor no dia 17 de março de 2014.</p>
<p>19 - Implementação do regulamento do estacionamento tarifado de curta duração.</p>	<p>Receita anual estimada 144.768,00 €.</p>	<p>Executada a empreitada que incluía a implementação de estacionamento tarifado, designadamente "Recuperação e Qualificação Urbanística da Rua e Avenida das Amoreiras e Avenida dos Bombeiros Voluntários", foi promovido no último trimestre de 2014, o estacionamento tarifado nesta zona de intervenção. Em 2015 iniciou-se o alargamento de estacionamento tarifado noutras zonas da cidade. O valor total arrecadado durante o semestre em análise foi de 31.567,15 €.</p>
<p>20 - Liquidação retroativa (2007 a 2011) das taxas devidas pela ocupação de espaços e liquidação recorrente a partir do exercício de 2012 e seguintes.</p>	<p>750.000,00 em 2011 (retroativamente) e 500.000,00 em 2012 e seguintes.</p>	<p>Valor liquidado: em 2011 - 806.335,00 €; em 2012 - 203.452,00 €; em 2013 - 203.452,00 €. Em 2014 foi liquidado o montante de 158.578,00 €. Em 2015 não foi ainda liquidado nenhum valor.</p>
<p>21 - Reestruturação da matriz tributária.</p>	<p>Plano de revisão da matriz tributária.</p>	<p>Nada a reportar no período em análise.</p>
<p>22 - Fixação das taxas do IMI para 2011 em 0,3 % para os prédios urbanos já avaliados nos termos do Código do IMI e em 0,6% para os restantes prédios urbanos. Manutenção da taxa de 0,8% para os prédios rústicos.</p>	<p>Valor a cobrar em 2015 - 1.592.890,00 €.</p>	<p>No final de 2014, foi deliberado o aumento da taxa para prédios urbanos avaliados nos termos do código do IMI para 0,4 %, pelo que a receita cobrada nos primeiros seis meses de 2015 foi de 1.521.649,51 € o que representa um aumento superior a 298.000,00 €, relativamente ao primeiro semestre de 2014.</p>

<p>23 - Revisão dos preços municipais (abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos) suportada em fundamentação económico-financeira aproximando-os progressivamente do preço de sustentabilidade.</p>	<p>Revisão dos preços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos.</p> <p>Receita estimada para 2014:</p> <ul style="list-style-type: none">• Abastecimento de água: 2.445.912,06 €;• Saneamento: 996.153,80 €;• Resíduos sólidos: 622.950,56 €.	<p>Considerando a necessidade de compilar e de se proceder a uma atualização geral dos preços a praticar relativos a serviços prestados e a bens fornecidos pelo Município, considerando ainda que o valor dos preços a cobrar, não deve ser inferior aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação dos respetivos serviços e com o fornecimento dos bens, foi aprovada a 30 de junho de 2014 a nova Tabela de Preços. A receita de fornecimento de água cobrada no semestre em estudo foi de 795.841,03 €, salientando-se que a receita por cobrar ascendeu a 527.662,58 €. Relativamente ao saneamento foi cobrado o montante de 280.527,30 €, ficando por cobrar 166.742,34 €. No que respeita aos resíduos sólidos o volume de receita cobrada foi de 306.577,16 €, enquanto que a receita liquidada por cobrar foi de 95.996,81 €.</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

4. Execução Orçamental

A análise da execução orçamental, foi efetuada pela comparação com o período homólogo de 2014, visto que os mapas previsionais constantes no estudo do PSF apresentam valores anuais, não sendo portanto comparáveis com os montantes semestrais. A comparação entre o valor expectável no PSF com os valores executados no ano de 2015 remete-se para o relatório anual.

Descrição	30-06-2015	30-06-2014	Variação
Saldo da Gerência Anterior	1.443.307,57	1.638.968,53	-195.660,96
Execução Orçamental	615.683,57	666.535,27	-50.851,70
Operações de Tesouraria	827.624,00	972.433,26	-144.809,26
Receita			
Receita Corrente	9.150.206,50	9.355.703,93	-205.497,43
01 - Impostos diretos	1.865.543,74	1.571.462,95	294.080,79
02 - Impostos indiretos	33.533,52	82.270,47	-48.736,95
04 - Taxas, multas e outras penalidades	139.813,85	117.427,23	22.386,62
05 - Rendimentos de propriedade	569.837,20	840.113,75	-270.276,55
06 - Transferências correntes	4.859.881,68	5.210.445,90	-350.564,22
07 - Venda de bens e serviços correntes	1.651.995,19	1.528.270,57	123.724,62
08 - Outras receitas correntes	29.601,32	5.713,06	23.888,26
Receita de Capital	4.889.249,07	1.597.274,97	3.291.974,10
09 - Venda de bens de investimento	0,00	9.493,30	-9.493,30
10 - Transferências de capital	1.889.249,07	1.587.781,67	301.467,40
12 - Passivos Financeiros	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00
Outras Receitas	0,00	254,25	-254,25
Receita Orçamental Total	14.039.455,57	10.953.233,15	3.086.222,42
Receita Operações de Tesouraria	741.772,78	702.686,56	39.086,22
Despesa			
Despesa Corrente	7.594.108,36	7.870.698,31	-276.589,95
01 - Despesas com pessoal	3.083.944,57	3.439.701,24	-355.756,67
02 - Aquisição de bens e serviços	3.200.180,47	3.350.968,34	-150.787,87
03 - Juros e outros encargos	449.511,08	435.929,16	13.581,92
04 - Transferências correntes	724.382,71	471.696,44	252.686,27
05 - Subsídios	47.474,45	130.055,35	-82.580,90
06 - Outras despesas correntes	88.615,08	42.347,78	46.267,30
Despesa de Capital	6.116.808,32	2.866.378,94	3.250.429,38
07 - Aquisição de bens de capital	4.985.373,70	1.803.693,17	3.181.680,53
08 - Transferências de capital	390.731,87	308.580,67	82.151,20
09 - Ativos financeiros	69.974,00		69.974,00
10 - Passivos financeiros	670.728,75	754.105,10	-83.376,35
Despesa Orçamental Total	13.710.916,68	10.737.077,25	2.973.839,43
Despesa Operações de Tesouraria	581.982,33	672.179,55	-90.197,22
Saldo para a Gerência Seguinte	1.931.636,91	1.885.631,44	46.005,47
Execução Orçamental	944.222,46	882.691,17	61.531,29
Operações de Tesouraria	987.414,45	1.002.940,27	-15.525,82

Relativamente à receita corrente verifica-se que o maior acréscimo ocorreu nos impostos diretos e na venda de bens e serviços correntes. No primeiro caso, esta variação explica-se pelo aumento da receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), quer seja pela alteração da taxa deliberada pela Assembleia Municipal sobre proposta do Órgão Executivo (passando de 0,3% para 0,4%), quer seja pela reavaliação dos prédios urbanos ocorrida ou pelo fim do período de isenção dada aos contribuintes. A evolução positiva ocorrida no segundo grupo de receitas deve-se essencialmente ao aumento do valor cobrado em taxas de resíduos sólidos e de saneamento, bem como à receita arrecadada com o estacionamento tarifado.

As transferências correntes sofreram uma diminuição de 350.564,00 € devido, essencialmente ao término do protocolo com o Ministério da Educação, que previa a transferência do pessoal não docente para a tutela do Município. No entanto, esta verba não representava receita mas sim o financiamento de despesa.

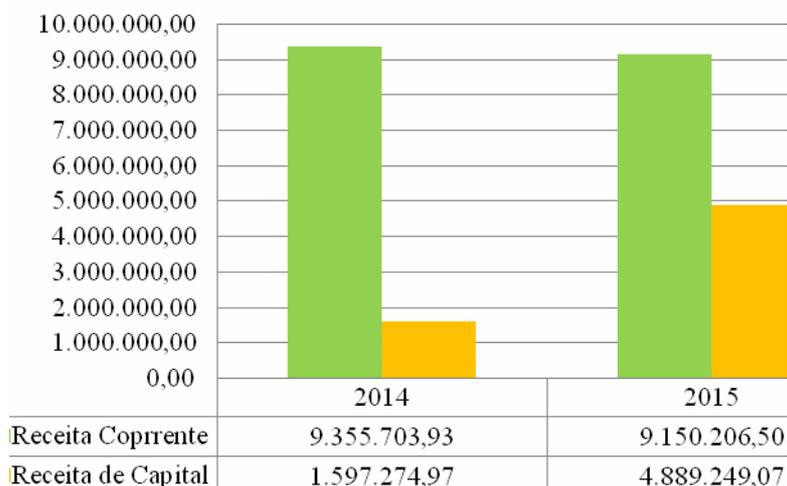
Pela análise do quadro supra, conclui-se que a receita correspondente aos rendimentos de propriedade diminuiu. Esta receita corresponde na sua maioria à renda recebida da EDP pela ocupação do espaço público, na verdade o valor registado em 2014 inclui o último trimestre de 2013 (278.656,39 €) que apenas foi arrecadado em janeiro de 2014, pelo que, considerando períodos iguais a receita na realidade aumentou em 2015.

No que respeita à receita de capital, verifica-se que essas transferências tiveram um aumento superior a 300.000,00 € que resulta do aumento do Fundo de Equilíbrio Financeiro e das transferências no âmbito da participação comunitária em projetos co-financiados.

Neste grupo de receitas, destaca-se ainda o empréstimo de curto prazo no montante de 3.000.000,00 €.

O gráfico que a seguir se apresenta ilustra a evolução da receita entre o primeiro semestre de 2014 e 2015, constata-se que houve uma ligeira diminuição, evidenciando-se que, excluindo o montante mencionado anteriormente relativo a 2013, a receita aumentou na sua totalidade.

Evolução da Receita



A execução da despesa durante o primeiro semestre de 2015 atingiu uma taxa de 37,65 % que corresponde a uma despesa paga de 13.710.916,68 €, o que representa um aumento superior a 2.900.000,00 € quando comparada com o período homólogo de 2014.

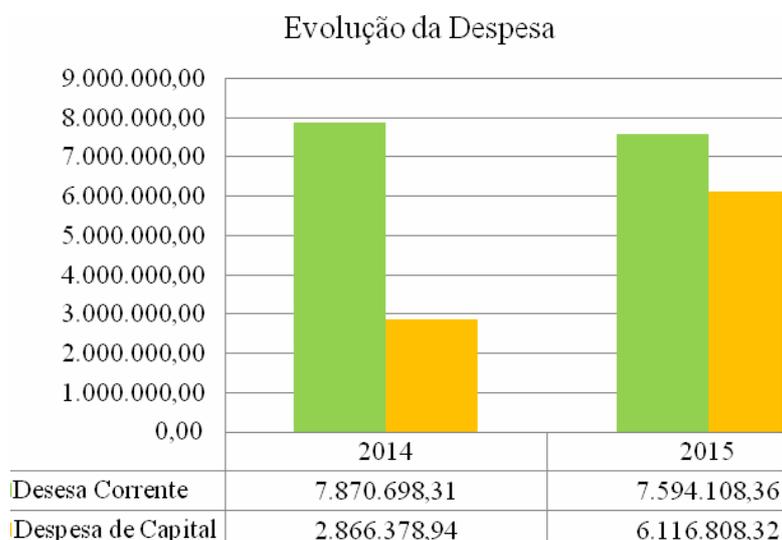
Analisando a despesa corrente, verifica-se que a mesma diminuiu cerca de 276.000,00 €, o que significa que se a despesa total aumentou, o Município canalizou a receita disponível para investimento.

A despesa com pessoal e a aquisição de bens e serviços correntes foram as rúbricas que maior queda sofreram comparativamente ao primeiro semestre de 2014.

Relativamente à despesa de capital, houve um aumento de 3.181.680,53 €, este aumento não pode ser dissociado do empréstimo de curto prazo que permitiu injetar 3.000.000,00 € nos cofres da Autarquia para a realização de pagamentos de diversas obras públicas. Chama-se particular atenção para o facto de, estas obras serem na sua maioria objeto de financiamento que apenas vai ser recebido durante o segundo semestre de 2015.

Importa ainda referir que os compromissos assumidos em 2015 (26.146.525,33 €) aumentaram cerca de 6.200.000,00 € quando comparados com o primeiro semestre de 2014 (19.921.818,67€), destaca-se que em 30 de junho de 2015 os compromissos assumidos e não pagos registaram o

montante de 12.435.608,65 (no mesmo período de 2014 o valor ascendia a 9.184.741,42 €). De relembrar que a contratação do empréstimo de curto prazo não aumenta apenas a receita disponível, aumentando também os encargos assumidos e não pagos, pois tendo sido contratado em junho de 2015 não teve nesta data qualquer amortização. O gráfico infra reforça o enunciado anteriormente.



5. Análise Patrimonial

Pela análise do balanço conclui-se que o ativo líquido aumentou 4.905.087,40 € relativamente ao primeiro semestre de 2014, devido essencialmente ao aumento do imobilizado em curso, recorda-se o considerável volume de obras que se encontravam em curso durante este primeiro semestre de 2015, e devido também ao aumento das disponibilidades, mais concretamente ao aumento do valor de depósitos em instituições financeiras.

Por outro lado, o passivo também aumentou, salientando-se a dívida ao Fundo de Apoio Municipal (909.666,33 €) a que a Autarquia está obrigada a pagar até 2021. As dívidas de curto prazo foram as que maior aumento registaram, desde logo pela contratação do empréstimo de curto prazo. No entanto realça-se que a dívida a fornecedores diminuiu cerca de 677.000,00 €.

Descrição	30-06-2015	30-06-2014	Variação
Imobilizado	72.776.231,16	68.067.800,32	4.708.430,84
Existências	523.815,58	463.844,94	59.970,64
Dívidas de Terceiros - curto prazo	1.952.816,79	1.796.516,27	156.300,52
Disponibilidades	1.931.636,91	1.443.307,57	488.329,34
Acréscimos e Diferimentos	91.244,59	599.188,53	-507.943,94
Ativo Líquido	77.275.745,03	72.370.657,63	4.905.087,40
Património	17.025.618,43	17.025.618,43	0,00
Reservas	1.208.874,77	1.131.705,80	77.168,97
Subsídios	95.892,50	95.892,50	0,00
Doações	1.170.724,35	1.170.724,35	0,00
Resultados Trânsitados	4.333.721,42	2.867.510,95	1.466.210,47
Resultado Líquido do Exercício	1.764.700,06	1.543.379,44	221.320,62
Fundos Próprios	25.599.531,53	23.834.831,47	1.764.700,06
Provisões para riscos e encargos	1.744.979,97	1.744.979,97	0,00
Dívidas a Terceiros - médio e longo prazos	14.658.850,27	14.419.912,69	238.937,58
Dívidas a Terceiros - curto prazo	11.205.867,24	8.608.353,76	2.597.513,48
Acréscimos e Diferimentos	24.066.516,02	23.762.579,74	303.936,28
Passivo	51.676.213,50	48.535.826,16	3.140.387,34
Passivo + Capital Próprio	77.275.745,03	72.370.657,63	4.905.087,40

6. Endividamento

Relativamente ao endividamento, cumpre esclarecer que a Lei n.º 73/2013, modificou o regime do endividamento municipal, alterando a forma de cálculo do limite de endividamento bem como o cálculo da dívida. No entanto, conforme mencionado anteriormente, o artigo 86.º da mesma Lei determina que, *para os contratos de saneamento e reequilíbrio existentes à data de entrada em vigor da presente lei, bem como para os planos de ajustamento previstos na Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, aplicam-se as disposições constantes da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho*, considerando que o PSF foi aprovado pela Assembleia Municipal e visado pelo Tribunal de Contas antes da entrada em vigor deste novo diploma legal e que as metas traçadas a nível de endividamento no estudo foram calculadas à luz do anterior regime, o cálculo de

IV Relatório Semestral – PSF

endividamento para efeitos de acompanhamento do PSF apresenta-se de acordo com a Lei n.º 2/2007.

O quadro que se segue é demonstrativo da situação do endividamento líquido, de médio e longo prazo e de curto prazo reportada a 30 de junho de 2015.

Designação	Montante
Total endividamento bancário curto prazo	3.000.000,00
Empréstimos de curto prazo não amortizados até 31 de Dezembro do ano em causa	0,00
Capital em dívida de médio e longo prazo	13.749.183,94
Total endividamento líquido	19.218.455,92
Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazo	550.846,16
Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento líquido	-196.915,18
Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazo excepcionados dos limites de endividamento	90.478,75
Dívidas à EDP 1988	0,00
Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar	14.209.551,35
Endividamento líquido a considerar	18.931.061,99

Limites de Endividamento

Designação	Montante
Endividamento de curto prazo	1.211.927,00
Endividamento de médio e longo prazo	12.119.270,00
Endividamento Líquido	15.149.087,00

Situação Face aos Limites

Designação	Montante
Endividamento de curto prazo	Excesso Margem 1.788.073,00
Endividamento de médio e longo prazo	Excesso Margem 2.090.281,35
Endividamento Líquido	Excesso Margem 3.781.974,99

Conforme se pode constatar, o Município apresenta um excesso nos três tipos de endividamento. No entanto, cumpre esclarecer que o empréstimo de curto prazo foi contratado no mês de junho

sendo que, no final do exercício económico terá que estar amortizado na sua totalidade, o que vai reduzir drasticamente o endividamento face ao registado nesta data.

O quadro que se segue, ilustra a dívida a terceiros, verificando-se que a dívida a fornecedores sofreu uma grande diminuição.

Descrição	2015	2014	Variação
Fornecedores CC	6.828.120,47	7.207.381,96	-379.261,49
Fornecedores. Imobilizado	152.913,45	1.051.704,84	-898.791,39
Empréstimos	16.749.183,94	15.111.370,53	1.637.813,41
Total	23.730.217,86	23.370.457,33	359.760,53

Como já foi referido, a Lei n.º 73/2013 estabelece que *a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores*, apesar de a mencionada Lei estipular que a aferição da dívida total é feita no final do exercício económico, apresenta-se, a título informativo, o quadro infra com a situação da dívida total reportada ao final do semestre.

Pela análise da tabela conclui-se que a Autarquia apresenta um saldo positivo de dívida, de referir que não foi considerado o montante de dívidas das entidades participadas por não haver dados à data de reporte deste relatório.

Contas	Valor
Dívida Total Município 30/06/2015	23.972.730,00
Limite da Dívida Total 2015	24.812.088,00
Margem de Endividamento	839.358,00

Conclusão

A análise efetuada neste relatório é demonstrativa do esforço e empenho do Executivo Municipal na recuperação financeira da Autarquia, consubstanciada no cumprimento das medidas preconizadas no PSF apesar de existirem ainda medidas que não foram implementadas e para as quais não se prevê qualquer exequibilidade.

No final deste primeiro semestre de 2015, verifica-se que a contratação do empréstimo bancário para saneamento financeiro aliado às fortes medidas de contenção de despesa e de aumento da receita, têm conduzido a uma significativa redução da dívida a fornecedores e outros credores.

De salientar que este primeiro semestre de 2015 foi marcado pelo enorme esforço financeiro e técnico canalizado para a conclusão de diversas obras financiadas, tendo sido necessário o recurso à contratação de um empréstimo de curto prazo no montante de 3.000.000,00 € aguardando-se o reembolso dos diversos pedidos de financiamento submetidos até 30 de junho.